

Simpático controle: poder disciplinar na escola

Soft control: disciplinary power at school

Camila Moura Pinto – Mestre em Educação
Universidade do Estado de Minas Gerais
pintocamilam@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo apresenta a ideia de simpático controle como uma manifestação do poder disciplinar na escola, uma expressão criada a partir de um estudo de caso realizado em uma escola privada e católica do Rio de Janeiro, cujo intuito era analisar a manifestação do político no dia-a-dia de um grêmio estudantil. A reflexão apresenta algumas observações e análises de práticas pedagógicas incorporadas na cultura da escola interpretadas como estratégias de dominação e disciplina. Na análise do material levantado, a partir de leituras de Max Weber (1982, 2012) e da obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault (1999), foi levantada e defendida a hipótese de que a escola acaba promovendo o controle, mesmo em contextos onde ela parece fomentar a liberdade e que isso relaciona-se a um projeto institucional moderno de disciplinarização e escolarização da sociedade. Concluímos, então, que a relevância deste trabalho reside na possibilidade de ampliar a noção de simpático controle, mesmo tendo sido criada através do estudo de um caso específico, a outros contextos educacionais, dada sua caracterização não somente enquanto prática pedagógica, mas relacionada ao projeto institucional moderno de sociedade.

Palavras-Chave: simpático controle; poder disciplinar; grêmios escolares.

ABSTRACT

*The article presents the idea of soft control as a manifestation of the disciplinary power in the school, expression created from a case study carried out in a private catholic school in Rio de Janeiro, whose purpose was to analyze the manifestation of the politician in the day-to-day of a student association. The reflection introduce some observations and analyzes of pedagogical practices incorporated in the culture of the school interpreted as strategies of domination and discipline. In the analysis of the material collected, using Max Weber's (1982, 2012) and Michel Foucault's (1999) *Vigiar and Punir* works, the hypothesis was raised and defended is the school promoting control, even in contexts where it seems to foster freedom and it is related to a modern institutional project of disciplining and schooling society. We conclude, then, that the relevance of this work lies in the possibility of extending the notion of soft control to other educational contexts, even it was created through the study of a specific unity because its characterization is not only about pedagogical practice but related to the project modern institutional society.*

Keywords: soft control; disciplinary power; student association.

1 Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar a ideia de simpático controle, expressão criada a partir de um estudo de caso que buscou compreender a manifestação do político na cultura da escola¹, a partir de observações e análises oriundas de uma pesquisa de campo junto a um grêmio estudantil atuante em uma escola católica e privada do Rio de Janeiro. O enfoque dado ao tema direcionou-se à compreensão das estruturas e algumas práticas envolvidas nas relações de poder do espaço escolar e como essas tramas incidiam sobre as atividades, organização e comportamento do grêmio².

A partir da leitura do diário de registros e observações, criado a partir do ingresso no campo, somado a realização de algumas entrevistas foi produzido um diversificado material empírico³, que serviu de subsídio para a análise da manifestação do político na cultura da escola. Foi observado uma espécie de jogo político escolar em que os estudantes do grêmio negociavam espaços de atuação no colégio e que essa negociação acontecia em um clima sereno de controle/liberdade. A constatação da situação de jogo foi fruto da percepção de que a política era vivenciada e experimentada no interior da instituição de ensino, a partir de uma liberdade controlada, definida pelas relações amigo-inimigo⁴ (SCHMITT, 1992).

Seguindo essa lógica, os estudantes ora aliavam-se às coordenações e direção do colégio, quando era de seu interesse, ora colocavam-se contra eles, os outros jogadores, papel exercido pela coordenação pedagógica da escola. Como todo jogo, havia signos incorporados e certas “regras” a serem seguidas. O grêmio representava os estudantes enquanto a coordenação pedagógica ocupava a posição, na estrutura hierárquica e organizacional do

1 Seguindo algumas reflexões presentes em Filho et.al. (2004), cultura da escola difere-se da noção de cultura escolar, sendo esta um conjunto de normas e práticas que são, de certa forma, comuns e partilhadas nas instituições de ensino. O fruto imediato da existência da cultura escolar seria o fato de vivermos em uma sociedade escolarizada, por exemplo. Já cultura da escola refere-se aos contextos escolares específicos e a forma como cada instituição de ensino põe em exercício as práticas da cultura escolar.

2 A seleção da unidade a ser investigada seguiu algumas orientações metodológicas, como a necessidade de se estabelecer uma fase exploratória da pesquisa, realizada através de mini-estudos exploratórios (YIN, 2010), que permitiu a confrontação e escolha entre diferentes perfis de escola. Ao final desses mini-estudos foi possível optar pela escola que melhor se ajustou ao objeto da pesquisa e que melhor atendeu as condições de seu desenvolvimento.

3 Foram realizadas cerca de 100 horas de observação, anotações em diário de campo e quatro entrevistas, sendo duas delas com estudantes, uma com uma representante da coordenação pedagógica e outra com um representante da Coordenação Pastoral do colégio. Também foram recolhidos materiais impressos como jornais do grêmio, o Estatuto do Grêmio e o Projeto Político Pedagógico da escola, assim como documentos digitalizados como o Regimento Escolar e as fichas de inscrição de chapas. O material empírico também contou com o registro fotográfico de algumas atividades.

4 Carl Schmitt (1992), um dos autores utilizados como referência, defende que a essência da política está relacionada à capacidade dos seres humanos de criarem e desfazerem alianças, permitindo observar a manifestação da política além de seus espaços e formatos institucionais.

colégio, de mediadora/interlocutora da entidade estudantil com os demais segmentos escolares. Na prática, isso significava que quaisquer atividades organizadas pelos estudantes deveriam ser intermediadas e negociadas com a equipe pedagógica antes de serem colocadas em prática.

As regras do jogo articulavam-se em torno de valores democráticos como o diálogo, a capacidade argumentativa e a deliberação que aconteciam, como já apontado, num clima sereno de controle/liberdade. A escolha do termo simpático controle justificou-se, então, na medida em que a análise do material de pesquisa revelava a existência de um duplo viés dessa tensão: relacionada tanto à disciplinarização institucional, sutil e incorporada, onde a dominação é permeada por um discurso altamente pedagógico; e enquanto mecanismo cultural e socialmente incorporado que remete a ideia de disciplinarização enquanto projeto institucional moderno.

Seguindo por esse caminho, a intermitente tensão controle/liberdade poderia ser compreendida, além de estratégia de dominação (Weber, 1982, 2012), como a manifestação escolar do que Foucault (1999) chamou de poder disciplinar. A compreensão do caso e as observações particulares feitas levaram a crer que esse comportamento político, movido pelo simpático controle, está diretamente relacionado aos efeitos de uma cultura escolar que busca, entre outros aspectos, incorporar certas normas e práticas disciplinadoras enquanto mecanismo social de manutenção de uma sociedade escolarizada e disciplinada.

Vale acrescentar, para encerrar esta introdução, que Robert Yin (2010) defende a ideia de que o estudo de caso não deve servir apenas para ilustrar as especificidades de uma amostragem, como se fosse encerrada em si mesma. É preciso que a análise e a compreensão teórica do objeto estudado busque relações com as estruturas e conjunturas sociais que o abriga. Tendo como enfoque o grêmio pesquisado, isso significa afirmar que a noção de simpático controle, apesar de sua especificidade, atrela-se aos auspícios de uma sociedade escolarizada calcada no modelo disciplinar comprometido, sobretudo, com o controle dos estudantes para que se encaixem no mecanismo de reprodução capitalista. Contudo, esse modelo é complexo admitindo brechas e readequações locais que tornam o fenômeno da disciplina escolar um tema rico às reflexões e pesquisas educacionais. A conclusão aponta, desse modo, que o simpático controle, visto que representa um poder sutil e incorporado, pode ser facilmente encontrado em outros perfis institucionais e servir de modelo teórico para outros casos.

2 Referencial Teórico

O tema da disciplina é central para a compreensão da sociedade. Max Weber (2012), ao pesquisar o tema da dominação como ingrediente inerente à compreensão do funcionamento e organização social, chama atenção para a relação entre os termos dominação/disciplina como categorias sociológicas centrais à compreensão dos fenômenos sociais. Seu argumento é que a estrutura que esculpe as sociedades modernas é mantida através de mecanismos de disciplina e dominação que introjetam nos indivíduos certos comportamentos sociais entendidos como peças cruciais da engrenagem que mantém as relações sociais. Observe o fragmento a seguir:

Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis; a disciplina é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas [...]. O conceito de ‘poder’ é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades inimagináveis de uma pessoa e todas as espécies de constelações possíveis podem pôr alguém em condições de impor sua vontade, numa situação dada. Por isso, o conceito sociológico de ‘dominação’ deve ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem. O conceito de ‘disciplina’ inclui o ‘treino’ na obediência em massa, sem crítica, sem resistência (WEBER, 2012, p.33).

Assim, a sociedade estrutura-se, entre outros aspectos, pela organização e distribuição do poder levando em consideração estratégias de dominação/disciplinarização. Seguindo sua lógica há, então, uma ordem vigente e consolidada por meio da associação de dominação, um conjunto de práticas simbólicas e materiais, que garante a reprodução das normas, condutas e valores sociais. “Temos uma associação de dominação na medida em que seus membros, como tais, estejam submetidos a relações de dominação, em virtude da ordem vigente (Op.Cit. p.33)”. Em outras palavras, a situação de dominação está ligada à presença de alguém ou de um grupo, que eficazmente, dirige outros indivíduos. Isso significa dizer, consequentemente, que a associação de dominação é sempre uma relação política, pois organiza-se sob a distribuição das estratégia de dominação que envolvem atores na posição de comando e atores subjugados (WEBER, 1982, 2012).

A “disciplinarização” é um instrumento pedagógico que acompanha a história da educação, caracterizando-se positivamente como uma ação própria dos rituais de aprendizagem, inerente à cultura escolar (ARAGÃO & FREITAS, 2012). Nas concepções mais tradicionais, presentes sobretudo até meados do século XIX, a palmatória, no imaginário social e senso comum, representava uma insígnia da profissão docente. “(...) uma espécie de crédito moral suplementar emprestado aos mestres pelas famílias” (SOUZA, 1998, p.86, apud ARAGÃO & FREITAS, 2012). As autoras afirmam que junto com essa confiança havia uma

representação social dos professores que os ligavam à disciplina, a ordem e ao controle (físico e psicológico) e que isso deveria ser inserido na definição do perfil profissional dos docentes.

Esse exemplo apenas ilustra o fato de que os castigos e punições sempre estiveram presentes nos processos educacionais, sendo uma invariável que percorre tanto as práticas de ensino, quanto rituais de aprendizagem do âmbito familiar, instalando-se também nas relações sócio-culturais no mundo do trabalho etc. Por isso a tensão controle/liberdade é uma constante envolvendo, no mínimo, as famílias, os professores e seus educandos. Um filho desobediente, um aluno indisciplinado são “problemas” que precisam ser solucionados para que tanto sua formação escolar quanto familiar seja “eficiente”.

Desse modo, não é incoerente afirmar que práticas disciplinares, desde que sejam educativas, são bem aceitas socialmente. É possível dizer que existe uma incorporação, e boa parte dela feita via escolarização, que reforça e legitima a disciplina como instrumento pedagógico, denotando-a de uma caracterização positiva. O aluno pode perder o recreio por não ter cumprido uma tarefa e essa punição, como medida disciplinar, será certamente aceita e justificada, pois possui o objetivo pedagógico de corrigi-lo, logo melhorá-lo.

Punir e disciplinar são ações corriqueiras no interior das escolas desde metodologias mais modernas que utilizam-se de instrumentos disciplinadores sutis a concepções mais antigas cuja disciplina era executada por meio de castigos físicos com o intuito de submeter o aluno ao controle e dominação dos educadores. A palmatória, já mencionada, é um grande exemplo dessa prática, sendo muito utilizada no Brasil mesmo após a publicação de uma Lei Imperial, em 1827, banindo os castigos corporais (SAVIANI, 2011). Instrumentos como a palmatória, a vara e o chicote faziam parte da cultura escolar material daquele tempo histórico assim como livros, lousa e outros objetos. Incorporada à cultura escolar, mesmo após a proibição legal dos castigos corporais, a palmatória adentra o século XX como um instrumento pedagógico ainda inserido e utilizado por professores (ARAGÃO & FREITAS, 2012).

Mesmo não sendo mais aceito os castigos físicos e punições como a palmatória nas instituições de ensino, a incorporação cultural da disciplina no dia-a-dia das escolas é um fato inquestionável. Neste sentido, é inevitável encontrar estratégias de controle e dominação, mesmo que as concepções mais modernas procurem realizar uma disciplina positiva (NUNES & ASSMAN, 2000). É nessa linha que o caso estudado pode ser alocado, visto que o ensino construtivista, base axiológica do colégio pesquisado, orientava a forma como a estrutura de dominação e disciplina deveriam ser colocadas em prática pela comunidade escolar. A tensão

controle/liberdade inerente às diversas negociações por espaços de atuação observadas, envolvendo a coordenação pedagógica e o grêmio estudado, eram o pano de fundo de uma estrutura de dominação nomeada simpático controle. Recebeu este nome por elucidar o aspecto doce e sutil do processo de disciplinarização que vai sendo, levemente, incorporado pelos estudantes e comunidade escolar.

Como colocado por Max Weber: “O conceito de ‘disciplina’ inclui o ‘treino’ na obediência em massa, sem crítica, sem resistência” (WEBER, 2012, p.33). Isso quer dizer que existem normas disciplinares estabelecidas culturalmente que vão sendo reproduzidas pelos grupos sociais sem muito questionamento. São condutas relacionadas à estrutura de dominação escolar, por exemplo, a necessidade de sentar-se e permanecer-se em silêncio durante a explicação do professor e o seu reconhecimento como autoridade, inclusive dos corpos dos estudantes, já que precisam pedir autorização para ausentarem-se da sala de aula. Recursos como mapas de sala (lugar marcado para os alunos) e a organização dos estudantes por anos, séries, períodos ou turmas, também podem ser considerados exemplos de instrumentos disciplinares incorporados pela cultura escolar.

É importante salientar que não está colocado em questão, neste artigo, o mérito ou demérito dessas orientações e seus efeitos no ensino e na aprendizagem dos estudantes, mas a incontestabilidade da relação disciplina/educação em nossa sociedade. Dito isto, é imprescindível colocar algumas orientações filosóficas que embasam a ideia de que a disciplina é fundamental aos processos educacionais e dizer que tais fundamentos remontam aos preceitos modernos de educação que remetem a algumas orientações teóricas presentes na filosofia da educação de Immanuel Kant que, em 1804, defendia que o ensino escolar deveria ocupar-se com a instrução da mente e da domesticação do corpo (KANT, 1999). De acordo com o filósofo, a intelectualidade e a erudição são frutos de instrução e disciplina, pois o homem deve ter como meta o Esclarecimento, pois somente ele pode conduzi-lo à maioria intelectual que o torna autônomo e livre. Esclarecimento é definido como a saída do homem de sua menoridade, da qual ele é culpado, sendo a menoridade a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro (KANT, s/d. p.1). Em sua visão, a *maioridade* entrelaça-se à autonomia do sujeito pensante, condição somente possível com o uso reflexivo da razão. Indagava-se, então, como ensinar a razão a desenvolver-se intelectualmente, sendo papel da Pedagogia organizar, estruturar e sistematizar a educação para que a razão torne-se reflexiva (KANT, 1999), mas para isso, afirma, é preciso disciplina orientada à contensão dos corpos.

É possível dizer que tendo como base filosófica algumas dessas premissas, as instituições escolares assumem uma perspectiva iluminista e disciplinante. De acordo com ela, a razão precisa dominar a selvageria que habita as emoções e os instintos humanos, devendo conter o próprio corpo em que habita. Ainda de acordo com esses preceitos, crianças devem aprender a sentar-se corretamente, a conter seus impulsos físicos e a obedecer seus professores. Educadores devem ensinar os alunos não apenas os conteúdos disciplinares mas todo um conjunto de normas adequadas ao ensino e ambiente escolar que tem como objetivo educar a mente privada dos indivíduos (KANT, 1999). Dentro deste escopo as provas devem ser, preferencialmente, individuais, sem consulta e em silêncio.

Já para Foucault (1999), que assume uma postura intelectual afastada da ideia de sujeito epistêmico kantiano, a disciplina, mais do que uma prática incorporada, é um mecanismo social. Desse modo, não deve ser compreendida apenas como algo internalizado, individualmente, mas como um dos principais alicerces da criação, evolução e consolidação das instituições modernas. De acordo com seu pensamento, partilhamos um constante estado de vigilância e punição atrelado à forma moderna de conceber as relações e a organização social, imbricada à ordem capitalista. Essa lógica disciplinar é, em grande parte, introduzida na vida social, primeiramente pelas famílias e, em seguida, pelas instituições de ensino que foram criadas, é importante lembrar, no advento da modernidade (SAVIANI, 2011; BOTO, 2003).

As reflexões de Michel Foucault são interessantes para a área da Educação porque chamam atenção para a imbricação existente entre a estruturação e organização da sociedade industrial, mercantil e capitalista e sua relação com a disciplinarização de corpos e mentes via instituições educacionais modernas. O grande feito do autor, na obra *Vigiar e Punir*, foi diferenciar as noções de disciplina, e sua manifestação enquanto instrumento de punição, da de poder disciplinar, força que esculpe as relações de poder, introjetando nos corpos uma forma disciplinada de se portar no mundo. Houve, de acordo com seus argumentos, uma mudança de paradigma em que o ato de disciplinar não relaciona-se à dominação do outro com o objetivo de controlá-lo, mas uma espécie de disciplina-mecanismo. Nesse sentido, todos os indivíduos estão à mercê da lógica disciplinar, atuando ora como disciplinadores, ora com disciplinados. Instaura-se um constante estado de vigilância e punição que tem como pano de fundo a coesão e manutenção da ordem social.

De acordo com Nunes e Assman (2000), uma das principais características do poder disciplinar é sua positividade, pois ele não apenas reduz ou anula, mas procura orientar. Ao

invés de punirmos um aluno que vai mal na escola, investimos nele a partir de técnicas, táticas e estratégias pedagógicas que tem o intuito de fazer com que o mesmo enquadre-se na perspectiva escolar de comportamento. Um aluno “bagunceiro” não é simplesmente punido, ele deve ser corrigido, tornando-se mais produtivo aos moldes da instituição de ensino, orientada pelas demandas educacionais e do capital. Há um outro ponto interessante nessa lógica, pois além de educar-se através de medidas disciplinares, alunos “punidos” por essas sanções educam os demais, servindo de exemplo. “Assim, o poder possui uma violência racionalmente calculada, uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade” (NUNES & ASSMAN, 2000, p.145). Desse modo, o poder disciplinar não possui um cabeça e é exercido a partir de múltiplos pontos e olhares, sendo uma maquinaria, um mecanismo de controle, auto-controle e controle do outro.

Assim, aliando as reflexões sobre o exercício do poder ao controle dos corpos, o poder disciplinar foi definido como instrumento de fabricação de corpos dóceis, no sentido de inseri-los em uma lógica moderna de organização social centralizada no controle. Foucault (1999) coloca que à época do advento e consolidação das sociedades modernas, tornou-se necessário introjetar nos indivíduos certos comportamentos tidos como necessários aos novos tempos. Dentre eles o uso do corpo de forma funcional, utilitária e controlada. Nesse projeto de sociedade, cada vez mais disciplinada e funcional, as instituições escolares cumpriam uma importante função, pois teriam o papel de formar indivíduos aptos à nova lógica da produção e da organização social que estava em curso.

A definição de poder disciplinar é formulada a partir de seu contraponto: a noção de poder disciplinador, próprio da igreja e das instituições militares que são anteriores à modernidade. Nesse sentido, o autor deixa claro que a disciplina dos corpos e seu uso enquanto objeto e alvo de poder existem desde a Era Clássica, contudo, o poder disciplinar emerge enquanto alicerce de um novo escopo de sociedade: a modernidade. Ele argumenta que era necessário fabricar corpos dóceis que se enquadrassem à lógica industrial a partir da incorporação de práticas disciplinadoras introjetadas nas mais diversas práticas e relações sociais. As disciplinas tornaram-se, então, no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação/controle em que o principal objetivo era garantir que a união docilidade-utilidade e que ela encarnasse nos corpos. Assim: “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma 'anatomia política', que é também igualmente uma 'mecânica do poder” (FOUCAULT, 1999, p.164).

Não se trata, portanto, de uma tentativa isolada de dominar os corpos, mas de fazê-los

operar de determinada maneira. Há uma estrutura de dominação e a escola tem um grande papel nessa realidade, pois a disciplina exerce forte papel pedagógico, constituindo-se em uma vigilância preventiva que ensina uma determinada maneira de agir no mundo aliada a uma determinada forma de organizar o funcionamento da sociedade.

Há, então, como já colocado, uma mudança de paradigma: da disciplina-bloco (disciplina como instrumento visível de dominação que possui o objetivo de anular, separar e neutralizar os indivíduos) para a disciplina-mecanismo (a partir de um dispositivo funcionalmente organizado, tornando o exercício da dominação mais “leve”). Outra mudança importante foi a virada de uma disciplina de exceção, isolada e centralizada nos sujeitos, para uma vigilância generalizada que repousa sobre uma grande transformação histórica: a penetração do poder disciplinar e sua inserção em todas as instituições modernas, tornando-se a base da formação do indivíduo moderno e a grosso modo, de uma sociedade disciplinar. A forma disciplinada de se comportar pode ser vista permeando o contato entre membros de uma família, uma conversa entre amigos e, obviamente a relação entre estudantes e membros de uma comunidade escolar.

No colégio pesquisado, o poder disciplinar manifestava-se a partir da roupagem do simpático controle. Docemente invasivo, agindo a partir de uma série de táticas e estratégias de dominação, seu sucesso era alcançado fazendo-se imperceptível, naturalizado e onipresente. “O sucesso do poder disciplinar se deve, sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora [...] desenha-se a rede dos olhares que se controlam uns aos outros”. (FOUCAULT, 1999, p. 195-196).

3 Metodologia de Pesquisa

De acordo com Robert Yin (2010), o estudo de caso é uma metodologia de pesquisa que pode partir de uma questão geral, verificável em uma unidade, ou partir de uma unidade e resultar em uma melhor compreensão de um fenômeno generalizado. Em ambos os casos, o estudo deve estar preocupado em compreender o fenômeno pesquisado em sua singularidade, mas não restringir-se à ela. Construir uma pesquisa empírica através de um estudo de caso não é tarefa simples. Há certos critérios que devem ser levados em consideração, como por exemplo, a escolha da unidade a ser pesquisada, o material a ser reunido, o direcionamento das observações do campo, assim como a forma de tratamento a ser dispensado aos dados produzidos. Sem esses critérios, a unidade pesquisada corre o risco de restringir-se a um mero exemplo ilustrativo de um determinado fenômeno social. Nesse sentido, o caso deve ser uma

“coisa bem limitada, específica, complexa e funcional (por exemplo uma pessoa ou um programa) e não uma generalidade (como um relacionamento entre as escolas ou uma política educacional)” (STAKE, 2005 apud YIN, 2010, p.44).

Para que seja bem recortado, o autor aconselha iniciar o estudo de caso a partir de uma revisão de literatura que possa levantar informações relevantes sobre seu tema de interesse. Nesta pesquisa, a revisão de literatura foi orientada por três blocos: o primeiro direcionado às leituras sobre a história dos grêmios estudantis e sua relação com a ação política e os movimentos sociais no Brasil. O segundo bloco foi orientado pelas categorias jovem e estudante, procurando entender sua relação com a política e a escola. Dentro desse conjunto, vale mencionar o conceito de “juventudes” (SPOSITO & CARRANO, 2003), marcando a necessidade de pensar a juventude como categoria complexa, plural e multifacetada, assim como a relação dos jovens com instituições sociais como a família e a escola. Em terceiro lugar, era necessário buscar uma definição de política que fosse tão ampla quanto a forma de atuação política das juventudes, encontrada na definição de Carl Schmitt (1992) que a caracteriza como essencialmente disposta na relação amigo-inimigo.

Após essa revisão bibliográfica, foram desenvolvidos mini-estudos exploratórios com o intuito de confrontar unidades possíveis de investigação e selecionar a que melhor atendesse aos questionamentos da pesquisa. A esse método demos o nome de fase exploratória da pesquisa e seu objetivo foi reunir informações, dados e material sobre algumas escolas e grêmios estudantis plausíveis à investigação. Essa triagem dos “casos candidatos” (YIN, 2010, p.117) foi importante, pois além de fornecer informações sobre diferentes unidades passíveis de investigação, facilitou o acesso às condições de ingresso no campo, favorecendo a escolha do local e sujeitos a serem pesquisados. Primeiramente, foram realizadas três rodas de conversa em três instituições de ensino distintas⁵, a fim de reunir algumas observações preliminares. Contudo, uma das escolas foi eliminada por não possuir, à época da pesquisa, um grêmio organizado e atuante. Devido à sua exclusão foram desenvolvidos dois mini-estudos exploratórios (YIN, 2010) que englobaram, além das informações obtidas pelos círculos de bate-papo, visitas aos sites de *internet* das duas instituições e outros materiais fornecidos pelos próprios estudantes e comunidade escolar⁶. Outras informações pertinentes à fase exploratória, é válido acrescentar, foram obtidos com a leitura de alguns Boletins

⁵ Todas essas instituições haviam sido previamente pesquisadas pelo SOCED - Grupo de Sociologia da Educação da PUC-Rio coordenado por Zaia Brandão.

⁶ Em uma das escolas, por exemplo, foi oferecido uma edição histórica do jornal editado pelo grêmio que conta a história da fundação do antigo Segundo Grau da instituição.

SOCED⁷.

O mini-estudo de uma das escolas apontou o seguinte:

- 1) Tal como colocado na roda de conversa, quanto à sua estrutura e organização, o grêmio do colégio era dividido em três, que atuavam de forma independente, possuindo apenas parcerias pontuais;
- 2) A associação estudantil era submetida, não de forma subordinada, mas em parceria e cooperação, à coordenação pedagógica da escola, que de acordo com informação retirada do site da instituição, possui o objetivo de integrar a comunidade escolar, tanto interna quanto externamente. A realização de eventos, por exemplo, deveria ser precedido de um projeto apresentado à esta coordenação;
- 3) A entidade estudantil era valorizada pela escola como espaço de formação, sendo o grêmio considerado “apoio pedagógico”. Esta percepção relaciona-se, especialmente, às observações realizadas durante a fase exploratória da pesquisa.

O outro mini-estudo reuniu as seguintes impressões:

- 1) Quanto à sua estrutura, o grêmio é uma “Gestão Livre”, dividida em algumas coordenações à título meramente organizacional. Com relação às atividades desenvolvidas pelo grêmio, foi citada na roda de conversa um projeto de resgate da história do grêmio e da escola. Através de consultas aos arquivos do colégio, o projeto consistia em organizar edições históricas do jornal, promover palestras e debates e ainda criar um documentário. Outras atividades como Seminários, Saraus Culturais e festas foram citados. A maioria delas com cunho cultural e artístico, tendo no incentivo à leitura o seu ponto forte;
- 2) Quanto à sua relação com a escola foi colocado pelos estudantes haver um ambiente de total diálogo, de cooperação, participação e apoio da instituição de ensino em todos os projetos do grêmio. Havia uma parceria selada, de acordo com eles

Após esses mini-estudos, optou-se pela primeira escola. As observações da fase exploratória levaram a crer que as condições de atuação do grêmio estavam imersas em uma estrutura de dominação que parecia interessante ser estudada mais a fundo e que poderiam revelar dados importantes sobre a manifestação do político na cultura da escola, objeto da pesquisa. A partir do ingresso no campo, como já colocado, procurou-se conjugar diversos materiais de pesquisa às análises dos dados, que contaram com entrevistas e observações até registros fotográficos, análises documentais (do Estatuto do grêmio, do Projeto Político

⁷ Os boletins SOCED procuram reunir informações acerca do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação da PUC-Rio. Disponíveis em: www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/soced.php?strSecao=input

Pedagógico do colégio e seu Regimento Escolar, além de alguns jornais do grêmio cedidos pelos jovens) e pesquisas de *internet* (retorno ao site da instituição e página do *facebook* do grêmio).

A estratégia de confrontar diferentes materiais, é válido mencionar, relaciona-se às considerações feitas por Bourdieu (1997) no texto *Compreender*. De acordo com sua visão, o pesquisador deve ter em mente que a situação de entrevista, por exemplo, é um processo comunicativo onde há papéis definidos e posições ocupadas. Deve-se estar atento, pois as falas são percepções individuais sobre o fenômeno em análise e, por isso, devem ser confrontadas com outras fontes. Em sentido semelhante aponta Becker (2007): “Quando as pessoas estudadas sabem o que estão fazendo e lhe contam a respeito, ouça e preste atenção. Isso não significa ser crédulo, porque volta e meia elas lhes contarão coisas que não são verdades” (BECKER, 2007, p. 135).

4 Resultados e Discussão

A partir do material reunido compreendemos que o colégio pesquisado estruturava-se a partir de um esquema organizacional que favorecia o controle das ações do grêmio. Tal realidade foi interpretada levando-se em consideração alguns recursos envolvidos no “bom adestramento” que são comuns às instituições como manicômios, presídios e escolas (FOUCAULT, 1999). Nesses espaços, as relações de dominação podem ser enumeradas da seguinte maneira:

- a) a vigilância hierárquica: auxilia o jogo de olhares fundamental à manutenção da disciplina, que no caso estudado, manifestava-se na composição hierárquica piramidal da organização escolar. A partir da figura do diretor como ponta superior da pirâmide, seguindo-se do vice-diretor, coordenações, técnicos administrativos, secretarias etc. O grêmio ocupa, lado a lado com a Associação de Pais e os estudantes em geral, a base inferior da pirâmide;
- b) a sanção normalizadora e o exame: combinam as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza (há certas normas, que são disciplinares, incorporadas e passadas adiante sem muito questionamento). O exame agrupa os indivíduos de acordo com suas limitações e habilidades servindo igualmente para o controle e subdivisão dos grupos. Um dos argumentos utilizados pelo autor é que a própria conformação arquitetônica dessas instituições facilita a separação dos sujeitos em grupos específicos. No caso pesquisado, desde a planta baixa da escola à organização e distribuição de seus espaços, é possível

perceber a existência de uma ordenação funcionalmente delimitada pela orientação disciplinar.

Isso significa dizer que a organização desses espaços institucionais é permeado de olhares vigilantes, onde tudo é meticulosamente distribuído, dividido, reagrupado e funcionalmente organizado. No caso específico, observou-se o seguinte arranjo: nos andares de cima estavam alocadas a direção e as coordenações, nos de baixo as salas de aula do Ensino Médio e nos andares inferiores os Ensinos Fundamental e as séries iniciais da Educação Infantil. Vale dizer que a sala do grêmio, à época das primeiras observações, funcionava em um “cantinho no subsolo”, expressão utilizada por uma estudante em entrevista. À estrutura física, em si vigilante, soma-se a ação dos inspetores que circulavam constantemente pelos corredores, reportando e advertindo sobre os comportamentos, carregando pranchetas e escrevendo coisas. Essa figura é central para a compreensão dessa lógica. Sua função é orientada, basicamente, pela manutenção da ordem, da disciplina e da manutenção de um clima escolar harmônico⁸.

À primeira vista, a escola parecia uma fortaleza, mas com o passar do tempo e da permanência no campo, essa impressão dura tornou-se maleável e complexa. Ao consultar seu Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico, com o intuito de confrontar a organização sócio-espacial com as orientações pedagógicas do colégio, o discurso institucional dedicado a um projeto libertário e igualitário, mesmo com todas as estratégias de dominação observadas, chama atenção. Confrontada com a pesquisa de campo essa narrativa esbarrava em contexto institucional forte, funcionalmente organizado, hierarquicamente estruturado e pedagogicamente regulado pelo simpático controle. É fazendo essa mediação que a figura do inspetor é central, pois visto pelos alunos como parceiro e próximo. A compreensão dos jovens era de que estes profissionais estavam do lado deles, mas a pesquisa concluiu que seu papel sempre foi o de vigiar e controlar as ações dos alunos da escola, incluindo o grêmio. Uma vigilância sutil que docilmente penetrava no imaginário dos alunos como parceria. A disciplina é introjetada e naturalizada a partir, sobretudo, da ação desses agentes institucionais, engrenagens centrais no mecanismo disciplinar da escola.

As situações de liberdade controlada foram flagrantes em diversas situações envolvendo o grêmio. Um dos primeiros registros do diário de campo, por exemplo, feito

⁸ Os inspetores são atores fundamentais nesse enredo, pois o trato direcionado aos estudantes, por eles, pode revelar informações cruciais sobre a maneira como a escola põe em prática a questão da disciplina e a forma como a mesma é aplicada no cotidiano da instituição de ensino, que pode manifestar-se tanto na forma do simpático controle, como foi observado no caso investigado, quanto de uma forma mais autoritária e punitiva.

ainda no início da pesquisa afirmava que nos murais do pátio havia pinturas que representavam o comunismo e o socialismo, assim como outras religiões, que não a católica (a escola em questão é confessional). Esta observação levou ao entendimento de que havia certa liberdade de intervenção no espaço escolar, apesar do jogo de olhares que mantinha os estudantes sob constante vigilância. À primeira vista, a liberdade de expressão dos alunos sugeria a existência de um ambiente livre para sua atuação, fato contrariado pela descoberta de que essa “livre expressão” havia sido fruto de um Sarau Cultural promovido e conduzido pela escola e organizado pela coordenação pedagógica.

Outro exemplo flagrante do simpático controle foi a Semana Política, que apesar de ser apresentada pelos alunos do grêmio como uma ação protagonizada pelos próprios estudantes, possuía espaço garantido, ou melhor pré-estabelecido no calendário escolar. De acordo com a fala de um dos membros da coordenação pedagógica:

O coordenador do Ensino Médio já sabe. Ele tem que organizar, no calendário, uma semana em que o grêmio possa estar em ação. Ou para que o grêmio promova a Semana Cultural, ou para que o grêmio organize algum tipo de atividade esportiva, ou promova uma Semana Política. Quando é ano de eleição, por exemplo, nós sabemos que haverá uma Semana Política. Então já tá lá! O que o grêmio faz é negociar isso no final do ano letivo anterior ou no princípio do ano com o coordenador para que eles decidam o melhor momento.

Alguns trechos particularmente evidenciam o simpático controle. Primeiramente, a própria situação de haver uma semana prescrita no calendário escolar, para que o grêmio pudesse desenvolver alguma atividade. Outro aspecto relevante é que o depoimento sinaliza que os alunos *devem* preparar alguma ação, negociando apenas sua data, ou seja, é obrigação do grêmio preparar algum tipo de evento nesta semana, seja ele qual for. Sendo ano de eleição haverá uma Semana Política. “Então, já tá lá!”. Esta frase elucida o controle camuflado, naturalizado e introjetado. Não cabia aos estudantes organizarem esta ou aquela semana e sim colocar em prática uma atividade já prevista. Seguindo esse rastro, outro exemplo de simpático controle pode ser visualizado no Projeto Político Pedagógico da escola e sua clara tentativa de tornar o grêmio uma espécie de apoio pedagógico, em que

O aluno se percebe como sujeito de seu processo educativo, sendo capaz de uma atuação consciente, enriquecedora, para ele e para o grupo e será capaz de uma ação transformadora; A participação em associações e a disposição para atuar em representações de grupo têm papel significativo na construção da cidadania e na explicação da responsabilidade social de cada indivíduo; A riqueza de experiências que a escola oferece, situando-se como centro de reintegração cultural, é de importância fundamental, tanto quanto o currículo formal, para a construção de uma

nova cidadania⁹.

Vale acrescentar o próprio Estatuto do Grêmio, construído em parceria com a coordenação pedagógica, coloca:

- III – Os membros diretores do grêmio deverão orientar sua ação no sentido de cooperar através do diálogo, para a formação de um ambiente educativo, criativo e libertador, integrando-se num todo com o Colégio; e
- IV- O grêmio será sempre politicamente apartidário¹⁰.

Sem dúvida, merece destaque, enquanto estratégia sutil de dominação e disciplina, a divisão do grêmio em Minigrêmio, Grege e Greco¹¹. Como já anunciara Foucault (1999), a arte das distribuições ocupa lugar central no exercício do poder disciplinar¹². Esta partilha, uma realidade na escola pesquisada, serve de parâmetro para entender boa parte da estratégia pedagógica envolta no controle da entidade estudantil que, naquele cenário específico, chamava bastante atenção. Em uma conversa informal acerca desta separação, uma funcionária da escola colocou que a divisão servia para “plantar uma sementinha neles, prepará-los para o futuro”. Não ficou claro, ao longo da pesquisa, como a divisão do grêmio incentivaria a participação, muito menos o teor pedagógico dessa fragmentação. Por outro lado, no Estatuto do Grêmio, esta segmentação, tal como se dava na prática, não era sequer mencionada. Isto abre espaço para inferir que esta divisão aponta, então, para uma tentativa de diluição da representatividade dos estudantes aumentando, conseqüentemente, o controle da coordenação pedagógica sobre suas atividades, que sob a alegação pedagógica de incentivar a participação, instaurava o simpático controle. É importante colocar, no entanto, que embora os estudantes tenham declarado que esta partilha não era positiva, não foi observado nenhum movimento em mudar essa realidade. Era como se aquela divisão, mesmo causando incômodo, já estivesse naturalizada, normalizada e sancionada. Observe o diálogo abaixo:

- E a divisão em três grêmios? Como isso funciona? [fala da pesquisadora]
- Não funciona. O que acontece é que o grêmio do Ensino Fundamental I são crianças de quarto e quinto ano, quer dizer, 09, 10 anos, que não sabem das coisas.

9 Trecho retirado do Projeto Político Pedagógico da escola, ano 2000, ainda em vigor, p.23.

10 Trecho retirado do Estatuto do Grêmio, p.1

11 Informação disponível no *website* da escola.

12 A primeira regra da arte das distribuições é a cerca (serve para delimitar o espaço de ação); a segunda, o princípio do quadriculamento (impedir implantações coletivas e aglomerações organicamente construídas, a disciplina organiza o espaço analiticamente); terceira, localizações funcionais, espaços que servem tanto à vigilância, quanto ao rompimento de comunicações “perigosas”, mas também para criar um espaço útil; a quarta regra relaciona-se a organização de um espaço serial, definindo posições de acordo com uma lógica distributiva e seriada. As divisões seriadas transformam multidões confusas em multidões organizadas (FOUCAULT, 1999).

Quem controla é a Coordenação. [fala de um dos alunos de 17 anos]

- Mas, o que eu ouvi é que essa divisão em três grêmios era para incentivar a participação dos estudantes. [fala da pesquisadora]

- Conversa. O que vira é uma lavagem cerebral. [fala do mesmo aluno]

Como foi possível visualizar, o poder disciplinar, disfarçado de simpático controle, balizava uma série de práticas educacionais que incluíam desde a ação dos inspetores de sala e atuação da coordenação pedagógica às relações de poder travadas no interior do próprio grêmio.

Em último lugar, será apresentada uma tentativa de brecha do controle, uma atividade muito especial para os integrantes do grêmio denominado, SISV. O evento foi fruto de encontros realizados fora do ambiente escolar e possuía como objetivo organizar simulações no formato ONU, discutindo temas próprios da política internacional. A atividade durou uma semana e contou com a participação de quase 80 pessoas incluindo organizadores, participantes e o próprio grêmio. A ação aconteceu no subsolo da escola e não contou com nenhum apoio direto da instituição de ensino, sendo totalmente organizado pela associação estudantil. É importante salientar que independentemente das normas e práticas centralizadoras e do simpático controle, os estudantes organizaram livremente a atividade.

Sobre sua idealização e organização, foi colocado pelo grêmio que, como de praxe, apresentaram a proposta à coordenação pedagógica, que a levou para o coordenador do Ensino Médio que o encaminhou à outras coordenações. Os estudantes colocaram que todas as esferas institucionais de seu colégio disseram não “captarem” muito bem a proposta, assim como não enxergavam seu teor pedagógico. Vale dizer que essa expectativa é algo incorporado, visto que o grêmio era compreendido, como já colocado, enquanto apoio pedagógico. Após diversas investidas, sem muito retorno na negociação da atividade, os alunos resolveram levar a ação adiante, mesmo sem o “aval” da escola. O SISV virou, então, um grande exemplo de ação política, definido como a conquista de um importante espaço de atuação. Falando sobre seu sucesso, uma jovem do grêmio colocou:

Por que os professores, na hora que eles viram. A coordenação, na hora que eles viram que a gente já tava com tudo pronto. Que tinha até convidado! Que já estávamos com os guias certos, que já tava tudo pronto. Aí eles começaram a levar a sério e aí eu acho que o grêmio ganhou um espaço. Agora a gente tem isso. A gente fez o SISV sozinho. Então, por que a gente não pode ter a chave da nossa sala? A gente fez não sei o que sozinho, por que a gente não pode ter acesso à internet?

No depoimento fica clara a excitação, o ar de vitória, a conquista de um espaço de atuação. A fala da estudante sugeria que o evento tinha sido um sucesso justamente porque

fora organizado na brecha do controle, enquanto uma forma de resistência e liberdade, o que leva ao pensamento de que o simpático controle, apesar de ser introjetado, não era necessariamente invisível aos olhos dos alunos. Os estudantes comemoraram a situação como quem celebra a conquista de um espaço autônomo de atuação. Vale mencionar que o uso do sucesso do evento como moeda de troca e barganha pode ser considerado uma forte evidência da existência do jogo político escolar ao qual estavam imersos e, ainda, permite afirmar que eles tinham consciência disso.

Todavia, apesar do visível drible dos estudantes, a vigilância constante se fazia presente. Em uma conversa informal, após o término do segundo dia de evento, um dos integrantes do grêmio disse que estava muito decepcionado com a não participação dos professores na organização do SISV. O aluno desabafou dizendo que os únicos preocupados em entender o evento e que estavam dando suporte eram os inspetores. Numa imperceptível dominação, docemente presente, o simpático controle atuava como de costume. Sob os olhos atentos dos inspetores, o sucesso do evento chegou aos ouvidos da Coordenação Pedagógica e da Direção que, rapidamente, trataram de abraçar a atividade oferecendo total apoio à sua segunda edição. É importante colocar que o diretor do colégio não apenas participou da cerimônia oficial de encerramento do evento, como presidiu a mesa dos trabalhos entregando aos estudantes certificados de participação. A hierarquia, base da estrutura de dominação e disciplina, marcava sua posição de autoridade no fechamento do evento.

O que parecia ser, então, uma atuação na brecha da dominação revelou-se como mais um espaço de manifestação do poder disciplinar na cultura da escola. No caso deste evento, em específico, manifestou-se de forma particularmente interessante. Os integrantes do grêmio estavam realmente convencidos de que a atividade havia sido pautada exclusivamente por eles, fora do controle da escola, à sua revelia. Seu maior orgulho era pensar que tinham o controle da ação. Contudo, tanto a inclusão do diretor enquanto apoiador da iniciativa e autoridade importante na cerimônia de encerramento, quanto a constante presença dos inspetores circulando e “colaborando” com os estudantes, evidenciava que eles nunca estiveram no total controle da situação e que nunca deixaram de ser vigiados.

É preciso dizer, no entanto, que o simpático controle garante a movimentação e a dinamização das relações de poder naquele contexto escolar, pois possibilita a criação de um ambiente democrático, apesar da constante vigilância. Organizar um evento, aparentemente à revelia da escola, significava para o grêmio ocupar uma posição ativa dentro da dinâmica das relações de poder no colégio e isso os ensinava o que é a política. Neste exemplo, a equipe

pedagógica, ao perceber o quanto que os alunos haviam se envolvido e se dedicado a sua organização, prontamente acolheu a atividade. Essa guarita não se deve apenas a necessidade de controlar e disciplinar os alunos, mas tornar pedagógico o que era uma ação genuína do grêmio. Neste sentido, pensando a escola como espaço de relações de poder, a estratégia de capitanear o evento transformando-o em um projeto educativo, tem muito a dizer sobre a manifestação do político no cotidiano da escola, construído essencialmente pela relação amigo-inimigo¹³.

5 Considerações Finais

Este artigo teve o intuito de apresentar um caso específico, inserindo nos debates acerca da interface entre juventude, política e escola, desenvolvido a partir de uma pesquisa empírica realizada junto a um grêmio estudantil. Sua relevância faz-se presente no campo da educação, pois buscou compreender a manifestação do político no cotidiano escolar, a partir da incidência do poder disciplinar em um contexto institucional singular, chamado simpático controle. Por representar um poder sutil e incorporado, acredita-se que essa prática possa ser facilmente encontrada em outros perfis institucionais e servir de modelo teórico para outros casos.

O trabalho insere-se, igualmente, nas discussões que procuram compreender a cultura da escola para além da sala de aula buscando nas práticas sociais, culturais e políticas as bases do entendimento sobre a educação escolar, que se constroem nas relações de interação que envolvem as diversas experiências do dia-a-dia das instituições de ensino. O simpático controle, desse modo, ao ser definido como prática de dominação incorporada de forma variável e única pelos sujeitos e instituições, cumpre o seu papel nas tramas interativas, política e educacionais do mecanismo que estabelece uma sociedade baseada no controle.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTI, Alda Judith, Usos e Abusos do estudo de caso. *Cadernos de pesquisa*, v. 36, n.129, set-dez, 2006.

¹³ O evento ocorreu no mês de setembro. Ao final do ano letivo a direção havia proposto aos integrantes do Spoleta 2.0, que estavam no terceiro ano do Ensino Médio, em sua maioria, a organização de uma segunda edição do evento. O mesmo ocorreu no mês de maio do ano seguinte. Os mesmos estudantes que haviam participado da primeira edição, mesmo estando fora da escola, participaram ativamente de sua organização. Os ex-alunos retornaram como convidados a fim de replicar a atividade.

ARAGÃO, M. & FREITAS, A. Práticas dos castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano. *Conjectura*, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012.

BECKER, H. S. Segredos e Truques de Pesquisa. Rio de Janeiro. Zahar, 2007.

BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. Ed. Universidade de Brasília, 2º ed. 1986.

BORGES, Juliano Luis. Escola e disciplina: uma abordagem foucaultiana. *Revista Urutágua*, n.5, dez-mar, s/d.

BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

BOTO, C. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 61, p. 378-397, dezembro 2003.

CASTRO, M. Aportes da Sociologia Clássica e Contemporânea para a Análise do Poder em Instituições Educacionais: a presença de Max Weber na sociologia da educação de Pierre Bourdieu. *REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS*, 18, 1994, Caxambu. Anais. Caxambu: 1994. P. 2-28

_____. Um Estudo das Relações de Poder na Escola Pública de Ensino Fundamental a Luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 1998.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Ed. UFMG, Belo Horizonte, M.G. 1999.

FILHO, L. M. F. VIDAL, D.G., PAULILO, A. L. et.al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Rev. Educação e Pesquisa*. v.30 n.1, jan./abr. S.P. 2004

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. ed. Vozes, Petrópolis, R.J. 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Graal, RJ. 2003.

PARO, V.H. Implicações do Caráter Político da Educação para a Administração da Escola Pública Fundamental. *REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - ANPED*, 25, 2002, Caxambu. Anais... Caxambu: 2002. P. 11-23.

KALBERG, S. *Max Weber: uma introdução*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2010.

KANT, I. (1783) *Resposta a pergunta: O que é esclarecimento?* Tradução de Luiz Paulo Rouanet. s/d Retirado em: setembro de 2019, no World Wide Web: http://www.uesb.br/eventos/emkant/texto_II.pdf. Acesso em set/2018.

KANT, I (1999) *Sobre a Pedagogia*. Piracicaba: Editora Unimep.

NUNES, N. & ASSMAN, J. A escola e as práticas de poder disciplinar. *Perspectiva Florianópolis*, v.18, n.33, p.135-153, jan/jun 2000.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Autores Associados. Campinas, São Paulo, 2011.

SCHMITT, C. *O conceito do político*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1992.

SPOSITO, M. CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Rev. Bras. Educ.* n.24 Rio de Janeiro set./dez. 2003.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos de uma sociologia reflexiva*. Ed. Universidade de Brasília, 2012.

YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Bookman editora, 4. ed. - Porto Alegre, R.S. 2010.